

Fazenda Klabin tem área preservada pelo Governo

O vice-governador José Moraes, no exercício do cargo de governador do Estado, decretou, ontem, a preservação permanente da área de 2.700 hectares (cerca de 43,6 por cento da área total) em floresta natural da Fazenda Klabin, em Pedro Canário, no Norte do Estado, pertencente ao grupo Monteiro Aranha S/A e com área total de 6.246 hectares.

O decreto assinado por José Moraes vem em apoio à interdição do desmatamento que estava sendo realizado na área, determinada pelo governador Gerson Camata há dias atrás e diz que aquela área destina-se a proteger e asilar exemplares da fauna e flora ameaçados de extinção, tais, como, as espécies de beija-flores **Phaethornis Margarettae** - Ruschi, **Ramphodon dohrnii** - Boucier e Mutsant e **Threnetes Gizimeki**. Diz mais que a área objeto do decreto será medida e demarcada mediante levantamento topográfico no prazo de 90 dias, a contar da data de sua publicação.

DESMATAMENTO

O desmatamento da área da Fazenda, Klabin foi autorizado pelo ex-ministro Amauri Stábile, da Agricultura, contrariando parecer do presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Mauro da Silva Reis. O grupo Monteiro Aranha pretendia reduzir de 43,6 por cento para apenas 20 por cento, a área da floresta natural, o que acabaria por extinguir várias espécies da flora e fauna, segundo denúncia feita através da imprensa pelo cientista Augusto Ruschi. Diante desse denúncia, o governador Gerson Camata determinou a interdição dos trabalhos de desmatamento na Fazenda Klabin.

Em 1976 a fazenda, que tem uma área de 6.246 hectares, pertencia ao grupo Klabin que fez um acordo com IBDF, se comprometendo a preservar um mínimo de 43,6 por cento (cerca de 2.700 hectares) da floresta natural existente no local. Em 1981, o Grupo Monteiro Aranha, comprou a fazenda e requereu em agosto daquele ano, junto à Delegacia Regional do IBDF no Espírito Santo, a redução do percentual de 43,6 por cento para apenas 20 por cento.

Dois meses após o requerimento (setembro de 1981), o então delegado regional do IBDF no Estado, Carlito Cheffer, concedeu ao Grupo Monteiro Aranha, autorização para desmatar mais de 23,6 por cento, o que representa a diferença entre 43,6 por cento do acordo inicial e os 20 por cento requeridos.

Ao tomar conhecimento da redução para 20 por cento, o cientista Augusto Ruschi denunciou o fato ao presidente da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza, almirante Ibsen Gusmão Câmara, dando conta de que espécies raras de beija-flores estavam sendo extintas na área com o desmatamento indiscriminado.

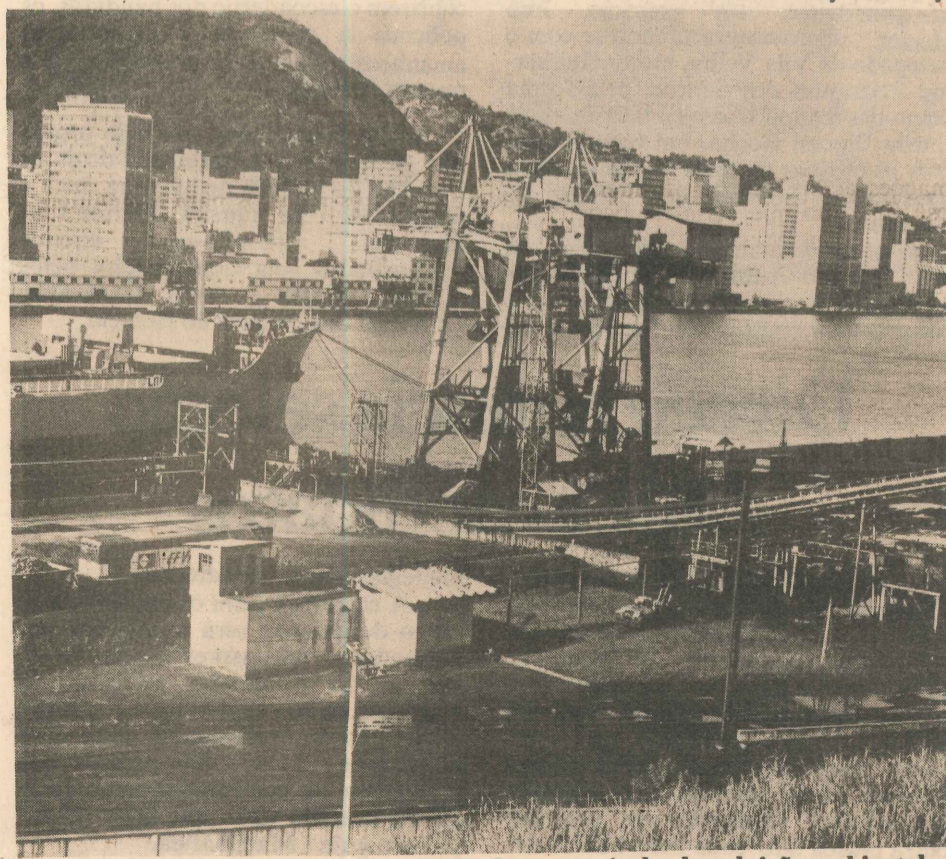
Por sua vez, o almirante Ibsen Câmara repassou a denúncia ao presidente da Secretaria Especial de Meio Ambiente, Paulo Nogueira Netto, que levou o caso para as mãos do presidente do IBDF em Brasília, Mauro da Silva Reis, que, por sua vez, revogou a decisão de Carlito Cheffer em preservar apenas 20 por cento da floresta, fazendo valer o acordo inicial de 43,6 por cento.

Daí, o Grupo Monteiro Aranha, recorreu ao então ministro da Agricultura, Amauri Stábile, que, em outubro de 1983, revogou a decisão do presidente do IBDF, determinando a preservação de somente 20 por cento da floresta. A decisão do ministro foi tomado através de um parecer da Procuradoria do Ministério da Agricultura que tinha entre outros, termos como: "Vá-se o lírico Ruschi, vão-se os beija-flores cantarem em outras paragens. Mas cumpra-se a Lei".

Ao tomar conhecimento da ocorrência, o governador Gerson Camata embargou o desmate autorizado por Amaury Stábile usando de um contingente da Polícia Militar e declarou que a Polícia somente sairia da Fazenda Klabin por ordem judicial.

E, ontem, de surpresa, o governador em exercício, José Moraes, assinou decreto que sai publicado hoje no **Diário Oficial** fazendo valer o acordo feito de 1976, entre o Grupo Klabin (antigo dono da fazenda) com o IBDF de preservar 43,6 por cento da floresta existente no local.

Cyro Denaday



O pátio de estocagem de carvão, em Paul, responsável pela poluição ambiental